

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

INTRODUÇÃO

Victor Rodrigues de Oliveira

2024

SUMÁRIO I

- 1 INFORMAÇÕES
- 2 INTRODUÇÃO
- 3 PAPEL CLÁSSICO DO ESTADO
- 4 DETERMINANTES DA DINÂMICA DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS
- 5 UTILIDADE
- 6 MERCADO
- 7 TEOREMAS DO BEM-ESTAR
- 8 EXEMPLO: IMPOSTO DA JANELA
- 9 JOURNALS

INFORMAÇÕES

- Disciplina: Economia do Setor Público
- Aulas: quarta-feira e sexta-feira
- Provas: 13/09/2023 e 01/12/2023 (peso igual)
- Exame final: 08/12/2023
- Prova **SEM CONSULTA E INDIVIDUAL**
- Conjunto de listas de exercícios
- Pre-requisito: cálculo, microeconomia e macroeconomia
- E-mail: victor5491@gmail.com
- Repositório: <https://github.com/VROVICTOR>

FIGURA 1: Ambrogio Lorenzetti, “Effeti del buon governo in città”, Palazzo Pubblico, Siena.



O QUE É ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO?

- “Economia política” (séc. XVIII)
- “Finanças públicas” (séc. XIX)
- “Economia do setor público” (década de 1960)
- Com o objetivo de responder a dois tipos de perguntas:
 - 1 Como as políticas governamentais afetam a economia? (abordagem positiva)
 - 2 Como as políticas governamentais devem ser desenhadas para atingir determinados objetivos? (abordagem normativa)

ESCOLAS

- Escola alemã (*Staatwirtschaft*): economistas mais favoráveis ao setor público, chamados de “o púlpito dos socialistas”: Werner Sombart, Adolph Wagner, Gustav von Schmoller
- Escola francesa: cálculo marginal, precificação do setor público, tributação ótima: Jules Dupuit, Maurice Allais, Marcel Boiteux
- Escola italiana (*Scienza delle Finanze*): utilidade marginal, o Estado como nexos de interesses: Antonio de Viti de Marco, Maffeo Panteleoni
- Escola de Estocolmo (*Stockholmskolan*): estabilização macroeconômica, estado de bem-estar: Knut Wicksell, Gunnar Myrdal, Bertil Ohlin, Erik Lindahl

REFERÊNCIAS

- “The Modern State por Christopher Pierson” [\[link\]](#)
- “Distributive Justice, Welfare Economics, and the Theory of Fairness” por Hal Varian [\[link\]](#)
- “O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias” por Celia Lessa Kerstenetzk [\[link\]](#)
- “The State of Welfare Economics” por Scitovsky [\[link\]](#)

EVOLUÇÃO DO CAMPO

- *Welfare economics*:
 - ① Desenvolvimento da economia pública com Musgrave e Samuelson na década de 1950
 - ② **Avanço teórico com análise matemática**
- Três “ramos” do governo: Musgrave, 1959
 - ① Alocação de recursos para lidar com falhas de mercado
 - ② Redistribuição de renda
 - ③ Estabilização macroeconômica
- Desenvolvimentos recentes
 - ① Cisão com a macroeconomia (na década de 1970)
 - ② **Foco em abordagens empíricas**

IMPORTÂNCIA

- Relevância
 - ① Economia do setor público trata de melhorar o bem-estar econômico
 - ② Economia do setor público é sobre um bom governo
 - ③ As políticas públicas afetam milhões de pessoas
- Um campo acadêmico dinâmico
 - ① **Na fronteira da microeconomia aplicada: revolução da credibilidade** (Angrist e Pischke, 2010)
 - ② **Integração estreita de teoria e dados**
 - ③ **Grande uso de *big data***
 - ④ **Forte interação com outras áreas: economia do trabalho, economia comportamental, organização industrial, macroeconomia, etc.**

FUNÇÕES DO ESTADO

- Papel clássico
 - ① Alocativo
 - ② Estabilizador
 - ③ Distributivo
- Mecanismo
 - Gasto
 - Tributação
 - Regulação
 - Provedor/Proprietário

ALOCATIVO

- A alocação de recursos refere-se ao processo no qual os vários fatores de produção são colocados em uso de maneira que possam ser usados.
- Inclui a decisão de quanto de bens a ser produzido, a fim de colocar os recursos escassos em seu uso ideal.
- A alocação de recursos no setor privado é determinada pela oferta e demanda do mercado e pelos mecanismos de preço que são regidos pelas escolhas do consumidor e pela busca por maximização (minimização) de lucro (custo) do produtor.
- A alocação do estado, ao contrário, depende das receitas e despesas que fazem parte do orçamento. Portanto, no mundo real, a alocação de todos os recursos é feita por meio de alocações lideradas pelo mercado e pelo governo.

- Todos sabem que uma distribuição perfeita de recursos só é possível em mercados perfeitamente competitivos, onde tanto bens públicos quanto privados são produzidos suficientemente.
- No entanto, como as condições perfeitas de mercado são difíceis de serem observadas, há ausência de produção de bens públicos no mercado.
- A falha de mercado que é responsável pela alocação ineficiente de recursos ocorre devido aos seguintes motivos:
 - Monopólio e concorrência imperfeita levam a preços mais altos e sub-produção.
 - Falha dos mercados em fornecer bens públicos que são consumidos comumente por todos os membros de uma economia.
 - Externalidades causadas pelo consumo que não podem ser controladas pelos consumidores, como a poluição.
 - Fator de imobilidade que causa ineficiência e desemprego.
 - Concorrência imperfeita e desigualdades de renda e riqueza.

- É óbvio que o governo deve intervir para remover essas imperfeições de mercado que criam barreiras para atingir as metas de bem-estar social.
- Sem a intervenção do governo, existe o risco de má alocação, onde certos bens são produzidos em excesso, enquanto outros são produzidos em quantidade insuficiente.
- Em resumo, as falhas de mercado são a razão por trás da função de alocação do governo.
- Os governos podem afetar a alocação de recursos em uma economia através de vários modos, alguns dos quais são os seguintes:
 - Os governos podem produzir bens econômicos, como energia e transporte rodoviário.
 - Os governos podem controlar a alocação privada por meio de incentivos e impostos, como o fornecimento de subsídios a produtos que aumentam o bem-estar social e, ao mesmo tempo, aumentam os impostos sobre o álcool.
 - As políticas de concorrência podem ser escolhidas pelos governos para estruturar a indústria e o comércio.
 - As atividades regulatórias também controlam a alocação de recursos.
 - Estruturas legais e administrativas também controlam a alocação de recursos.

ESTABILIZADOR

- Existe uma proposição na economia de mercado de que uma economia de mercado não pode gerar pleno emprego ou estabilidade de preços automaticamente e a intervenção do governo é necessária para atingir esse objetivo.
- Os ciclos de negócios funcionam por conta própria e, sem a devida intervenção do governo, as instabilidades em uma economia, como a recessão, podem se prolongar.
- Também pode ocorrer estagflação, que é um efeito combinado de estagnação e inflação para piorar as condições.
- Além disso, o aumento da interdependência internacional pode transferir problemas de um país para outro.
- Por tais razões, a estabilização de uma economia deve estar entre as principais prioridades dos governos.

- A estabilização está preocupada com a economia em termos dos seguintes fatores:
 - Utilização de capital e emprego de trabalho
 - Renda e produção geral
 - Níveis de preços
 - Balanço de pagamentos

- Em relação à função de estabilização, as políticas governamentais têm dois componentes principais
 - 1 O efeito macro: obtido pelo equilíbrio entre os recursos aplicados na economia e os recursos por ela retirados. Exemplos de recursos colocados na economia incluem despesas, enquanto os recursos retirados da economia incluem impostos, encargos e empréstimos.
 - 2 O efeito microeconômico: obtido das políticas adotadas pelo governo.
- A função de estabilização do governo pode assumir formas monetárias e/ou fiscais. Do lado das despesas, o governo pode optar por impulsionar a economia. A injeção de mais dinheiro na economia aumenta a demanda.
- De fato, a política fiscal expansionista é adotada para evitar a recessão enquanto a política contracionista é adotada pelo governo para evitar a inflação.
- A política fiscal tem forte influência sobre o emprego, o crescimento econômico, a estabilidade de preços e o equilíbrio externo.

DISTRIBUTIVA

- A riqueza agregada e a produção das economias cresceram tremendamente na última década. No entanto, a distribuição da riqueza não foi distribuída uniformemente.
- Portanto, existem lacunas de renda e riqueza entre as famílias que o governo tende a remover para o bom funcionamento de uma sociedade.
- As funções distributivas dos governos estão relacionadas com a questão de saber para quem uma economia deve produzir bens e serviços.
- Assim, a função distributiva é baseada principalmente em dois fatores: equidade e justiça distributiva.

- Os objetivos da função distributiva são, portanto, os seguintes:
 - Redistribuição de renda para distribuição equitativa da produção social entre as famílias.
 - Permitir o avanço das pessoas mais necessitadas de uma economia.
 - Igualdade de oportunidades, riqueza e renda para todos os membros de uma economia.
 - Segurança para pessoas que sofrem com dificuldades na disponibilidade de recursos.
 - Manter um padrão mínimo de estilo de vida entre os membros de uma economia.

- Alguns dos exemplos de meios pelos quais os objetivos das funções de distribuição são alcançados incluem o seguinte:
 - A política de tributação, onde os ricos são mais tributados, enquanto os encargos tributários são retirados dos ombros das famílias pobres.
 - Os recursos obtidos por meio do sistema de tributação progressiva estão sendo usados para financiar serviços públicos.
 - Reservas e preferências de alguns setores da comunidade em empregos e outras oportunidades.
 - Regulamentos de fabricação e venda de alguns produtos selecionados para garantir a boa saúde e o bem-estar dos consumidores.
 - Regimes especiais para populações vulneráveis e rurais.
- Alguns economistas consideram que, no caso do exercício de funções distributivas, existe um conflito entre equidade e eficiência. Isso significa que as políticas de redistribuição que se entrelaçam com as escolhas do produtor ou do consumidor podem ter custos de eficiência ou perdas de peso morto.

LITERATURA SOBRE O ESTADO

- 1 Lei de Wagner ou “lei do aumento da atividade do estado”
 - Economista político alemão Adolph Wagner (1835–1917)
 - Observação da crescente participação do setor público
 - A demanda por bens públicos cresce com a renda (elasticidade > 1)
- 2 Doença de custo de Baumol (Baumol, AER 1967)
 - Aumentos de produtividade no setor privado
 - Os serviços públicos são intensivos em mão de obra
 - O custo para fornecê-los aumentará mais rapidamente que os preços
- 3 “Teoria do efeito catraca” (Peacock e Wiseman, 1961)
 - As guerras aumentam os gastos e impostos do governo
 - A intervenção do governo não é revertida

- 4 Teoria do Leviatã (Brennan e Buchanan, 1980)
 - Os governos são controlados por interesses políticos-burocratas próprios
- 5 Economia política
 - Democratização, aumento do poder político dos pobres
 - Aumento da demanda por bens públicos, redistribuição, etc.
 - As mudanças nos gastos públicos correspondem às mudanças daqueles com voz (Lindert, 2004)
- 6 Tecnologia e fiscalização (Kleven, Kreiner e Saez, 2016)
 - Desenvolvimento de *accountability*, informatização
 - Terceira parte (bancos, empregadores, consumidores, IVA)

LEI DE WAGNER

- A primeira análise da dinâmica temporal das despesas governamentais foi proposta por Adolph Wagner.
- Seu argumento central é que fatores históricos relacionados às alterações na estrutura econômica e ao processo de desenvolvimento do país, são fundamentais na determinação do nível de gastos do governo, ou seja, existe uma relação entre a elevação dos gastos públicos e o desenvolvimento das economias.
- Segundo Wagner, o advento da sociedade industrial moderna leva ao aumento da pressão política por “progresso social”, isto é, a demanda por ampliação da quantidade de bens e serviços providos pelo setor público aumenta com a industrialização.
- Isso ocorre devido a três fatores: i) expansão das funções administrativas e de proteção do Estado, por conta do aumento da complexidade das relações jurídicas e de comunicação; ii) necessidade de incremento da oferta de bens e serviços sociais e culturais; iii) necessária intervenção governamental para gerir e financiar monopólios naturais e garantir o bom funcionamento das forças de mercado.

LEI DE WAGNER

- Essas observações sobre a dinâmica de crescimento dos gastos públicos levam à chamada Lei de Wagner, ou Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, baseada na premissa de uma elevação da renda nacional induzir a um crescimento mais que proporcional das despesas governamentais.
- Significa que existe uma tendência de longo prazo de ampliação da parcela do produto dedicada às despesas públicas ou, em outras palavras, existe uma elasticidade-renda da demanda por bens e serviços providos pelo Estado maior que a unidade.

ILUSÃO FISCAL

- O conceito de Ilusão Fiscal surge no estudo de Puviani (1903), que buscou analisar a capacidade de os governantes manipularem a estrutura fiscal para gerar ilusões que promovam seus projetos políticos.
- Buchanan (1960) e Buchanan (1967) ampliam o estudo de Puviani (1903) e sugerem que, se o eleitor-contribuinte acredita que os impostos pagos são inferiores ao que realmente são e que os benefícios dos bens e serviços ofertados pelo governo são maiores do que realmente são, ele escolhe sua cesta de gastos e tributos baseado em um conjunto limitado (e/ou falso) de informações.
- Assim, a Ilusão Fiscal ocorre quando o eleitor-contribuinte não tem clareza de quanto paga para o governo ou de quanto recebe de bens e serviços.
- Logo, “a percepção sistematicamente errada de parâmetros fiscais chaves pode distorcer significativamente as escolhas fiscais do eleitorado” (Oates (1988), p.65), de modo que os governantes são capazes de criar um viés nas escolhas fiscais do eleitor-contribuinte em determinada direção.

ILUSÃO FISCAL

- A Teoria da Ilusão Fiscal é baseada no entendimento de que é simples para o governo tornar caro para o eleitor-contribuinte obter informação completa a respeito de sua parcela de contribuição para o financiamento do setor público.
- Como seu voto individualmente não impacta de forma significativa os resultados das decisões públicas, não há incentivos para ele investir seu tempo e seu dinheiro na obtenção dessas informações.
- Portanto, permanecer mal informado e votar guiado por suas percepções pode ser uma escolha racional (Buchanan & Wagner 1977).
- Desse modo, determinadas estruturas fiscais podem induzir o eleitor-contribuinte a subestimar sua contribuição para o financiamento do setor público e, conseqüentemente, demandar bens e serviços providos pelo Estado em um nível superior ao que desejaria, caso percebesse completamente os custos com o quais está arcando.

ILUSÃO FISCAL

- Além disso, a Ilusão Fiscal facilita a manutenção pelo governo de gastos improdutivos destinados a determinados grupos de interesse, tornando possível que ele acomode as forças que o pressionam por ampliação de gastos.
- A Ilusão Fiscal, portanto, pode ser importante para explicar o crescimento dos gastos públicos (Tanzi, 2011).
- Quando a Ilusão Fiscal ocorre pelo superdimensionamento da quantidade ou do benefício de bens e serviços providos pelo governo, há uma ilusão “positiva”.
- Nesse caso, a atuação do governo consiste em fazer com que o eleitor-contribuinte acredite que uma determinada despesa é “realmente capaz de resolver um problema ou fazer uma verdadeira contribuição positiva para o bem-estar público”, quando na realidade ela é incapaz de gerar tais benefícios.

ILUSÃO FISCAL

- Por outro lado, a Ilusão Fiscal é “negativa” quando o eleitor-contribuinte subdimensiona os preços-tributos.
- Diversas estratégias são utilizadas pelos governos para criar ou explorar a Ilusão Fiscal negativa. Dentre elas, quatro recebem destaque na literatura.
- Em primeiro lugar, a tributação indireta induz o eleitor-contribuinte a subestimar sua parcela de contribuição para o financiamento do governo, já que parte dos impostos que ele paga permanece encoberta nos preços dos produtos.
- Se a arrecadação ocorresse apenas pela cobrança de tributos diretos, a taxação seria muito mais notada e “certamente surgiria uma insatisfação extrema por ter de pagar tanto”.
- Diversos estudos empíricos observam a utilização dessa estratégia pelos gestores.

ILUSÃO FISCAL

- Em segundo lugar, uma maior complexidade ou fragmentação do sistema tributário faz com que o eleitor-contribuinte não perceba com clareza os verdadeiros preços-tributos dos bens e serviços providos pelo Estado, induzindo uma demanda excessivamente alta por gastos públicos.
- Segundo Buchanan (1967), uma vez que “a carga total sobre um indivíduo pode ser fragmentada, de forma que ele confronte inúmeras pequenas taxas em vez de umas poucas significantes, efeitos ilusórios podem ser criados”.
- Significa que um sistema tributário mais complexo leva o eleitor-contribuinte a acreditar que paga um menor preço-tributo do que realmente é cobrado pelo governo.
- Embora haja diversidade de resultados, vários trabalhos empíricos indicam que a ampliação da complexidade fiscal induz um aumento das despesas governamentais.

ILUSÃO FISCAL

- Em terceiro lugar, um sistema de financiamento de gastos do governo por emissão de dívida cria no eleitor-contribuinte a ilusão de ser mais rico.
- Como afirma Ricardo (1996), o financiamento por dívida é “um sistema que tende a tornar-nos menos poupadores e a cegar-nos sobre a nossa real situação”.
- O financiamento via endividamento gera, como obrigação no presente, somente o pagamento de juros da dívida, de forma que eleitor-contribuinte poupa menos para arcar com os custos do gasto público e, consequentemente, tem distorcida sua percepção das despesas reais com bens e serviços ofertados pelo governo.

ILUSÃO FISCAL

- Segundo Oates (1988), como o eleitor-contribuinte é mais propenso a compreender os custos do financiamento do setor público que se realiza pela arrecadação de tributos, a diluição dos custos ao longo do tempo no passivo fiscal prejudica a percepção do eleitor-contribuinte do que ele paga de preços-tributos.
- Portanto, como indicam Buchanan & Wagner (1977), déficits públicos elevados levam a geração corrente de eleitores-contribuintes a subestimar o preço-tributo de bens e serviços providos pelo setor público, resultando em maior demanda por gastos e níveis mais elevados de despesas públicas.
- Diversos estudos empíricos encontram efeitos de ilusão de dívida.

ILUSÃO FISCAL

- A última das principais estratégias utilizadas pelos governos para explorar a Ilusão Fiscal é relacionada ao efeito *flypaper*.
- O financiamento do gasto público do governo local por transferências de outras esferas de governo induz o eleitor-contribuinte a acreditar que paga um preço-tributo menor pelos bens e serviços ofertados pelo governo e, conseqüentemente, a demandar gastos excessivos.
- Embora haja controvérsia na literatura a respeito do efeito *flypaper*, vários trabalhos empíricos recentes, inclusive no Brasil, atestam a existência do fenômeno.

PRADO E SILVA (2018)

- O estudo investiga a dinâmica dos gastos do governo brasileiro baseando-se em três abordagens
 - 1 a lei de Wagner
 - 2 a ilusão fiscal
 - 3 o nexso causal com as receitas
- Para o período 1997.I-2013.IV foram estimados Modelos Autorregressivos de Defasagens Distribuídas (ARDL) aplicados ao arcabouço da cointegração.

$$y_t = \alpha_0 + \alpha_1 t + \sum_{i=1}^p \gamma_i y_{t-i} + \sum_{j=0}^k \sum_{i=0}^{q_j} \beta_{j,i} x_{j,t-i} + u_t \quad (1)$$

PRADO E SILVA (2018)

- Receitas Primárias (R): Série calculada a partir dos dados de Resultado do Tesouro disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o total de receitas primárias líquidas do governo central. Valores deflacionados, tornados trimestrais e dessazonalizados.
- Despesas Primárias (G): Série calculada a partir dos dados da STN para o total de despesas primárias líquidas do governo central. Valores deflacionados, tornados trimestrais e dessazonalizados.
- Despesas Obrigatórias (GO): Série calculada a partir dos dados da STN para as despesas primárias líquidas desagregadas pela natureza do gasto. Valores da despesa com Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Obrigatórias são deflacionados e tornados trimestrais. Em seguida, são somadas e dessazonalizadas.

PRADO E SILVA (2018)

- Despesas Discricionárias (GD): Dados disponibilizados pela STN na desagregação pela natureza do gasto. Valores deflacionados, tornados trimestrais e dessazonalizados.
- PIB (Y): Série calculada via deflacionamento e dessazonalização dos dados trimestrais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Produto Interno Bruto (PIB). Salário (W): Série calculada via dessazonalização da média do trimestre do salário mínimo mensal deflacionado.
- Dívida (DIV): Série calculada via dessazonalização da média no trimestre da dívida líquida do governo federal e Banco Central.
- Visibilidade da Receita Tributária (IR): Série calculada via dessazonalização da participação do imposto de renda nas receitas primárias totais. Os valores utilizados para os cálculos são disponibilizados pela STN.
- *Dummy* (d) para o período 2003.I-2004.IV, quando o governo realizou um considerável ajuste fiscal.

PRADO E SILVA (2018)

- A inclusão da variável referente ao produto permite ainda avaliar a validade da Lei de Wagner.
- A visibilidade da receita tributária permite mensurar o efeito da ilusão fiscal.
- Os resultados indicaram:
 - ① ausência de validade da Lei de Wagner
 - ② presença de efeitos de Ilusão Fiscal relacionados à existência de tributação indireta

EFEITO BAUMOL

- Uma teoria proeminente que parece capaz de identificar um dos principais impulsionadores por trás da expansão dos gastos do governo é o efeito Baumol ou doença do custo.
- Se a produtividade do fator trabalho aumenta em um setor em comparação com o resto da economia enquanto os salários aumentam proporcionalmente em todos os setores, então, os custos relativos dos setores não progressivos, invariavelmente, se elevarão.
- Isso ocorre porque os custos do setor progressivo não aumentam como consequência de um aumento de salários, tendo em vista o ganho de produtividade que se observa a partir da introdução de novas tecnologias.
- Em contrapartida, nos setores não progressivos, em que a produtividade é constante, qualquer aumento de salários irá acarretar em aumentos de custos.

UTILIDADE

- Os modelos são todos micro fundamentados. Precisamos de algumas ideias.
- A ideia de utilidade como expressão de grau de felicidade é de Jeremy Bentham. Essa ideia já foi ultrapassada há muito tempo.
- A concepção que a Teoria Econômica adota hoje é a da preferência revelada. Como diz Binmore, “o fato de que a utilidade costumava significar uma coisa e hoje significa outra, compreensivelmente é causa de muita confusão”.
- Teoria da preferência revelada (concepção moderna): é porque o indivíduo escolhe A em detrimento de B, que podemos dizer que ele prefere A a B.

- Observe que a teoria econômica não nega que eventualmente alguns indivíduos expressem intransitividades (ou inconsistência ou irracionalidade), como os críticos em geral gostam de alardear. O que os críticos não levam em conta é o aspecto evolucionário. A realização de intransitividades causa perdas no ambiente que prejudicam o indivíduo e o eliminam.
- Argumento evolucionário de Alchian significa que as pessoas agem como se maximizassem a utilidade, não que elas efetivamente maximizam. Elas nem pensam nisso, mas seu comportamento, se consistente, não será desconforme com isso.
- O objetivo do modelo de livro-texto é fornecer um *modus ratiocinandi*, um modo de conectar conceitos para explicar fenômenos, e não simplesmente achar que a teoria é igual ao modelo.

- Tendo por base a lei da utilidade marginal decrescente, Pigou afirmava que como a utilidade marginal do dinheiro de um indivíduo diminuía na medida em que sua riqueza crescia, a utilidade marginal de um dólar para um rico era menor do que para um pobre e, *ceteris paribus*, o bem-estar da sociedade seria maximizado por um imposto de renda progressivo que tirasse dos ricos para dar aos pobres.
- O economista Lionel Robbins evidenciou o equívoco desse critério ao demonstrar que era baseado em comparações interpessoais de utilidade.
- A utilidade é uma medida puramente ordinal e, assim, qualquer comparação entre a utilidade de dois indivíduos envolve, necessariamente, julgamentos éticos.
- Robbins reintroduziu o critério de Pareto como a única forma de a economia do bem-estar expressar suas recomendações normativas sem adentrar no terreno da ética.
- Teve início, então, a chamada “nova” economia do bem-estar.

- O critério de Pareto é, ainda hoje, o instrumento mais utilizado para avaliar a eficiência das alocações de recursos em uma economia e, consequentemente, as vantagens e desvantagens de uma intervenção estatal.
- Nas palavras de Nordhaus e Samuelson (2004), a eficiência de Pareto é atingida quando

nenhuma reorganização de produção possível pode fazer com que alguém fique melhor sem que o outro piore. Em condições de eficiência alocativa, a satisfação ou utilidade de uma pessoa só pode ser melhorada se piorar a utilidade de outra

- Alocações de recursos com essa característica são chamadas Pareto-eficientes ou Pareto-ótimas.

MERCADO

- Considere o mercado de um bem qualquer, digamos, frango.
- É importante especificar o período de tempo em que a transação é relevante, por exemplo, por semana.
- Suponha que cada demandante demande um e apenas um frango e que, similarmente, cada ofertante ofereça um e apenas um frango.

TABELA 1: Preços de Demanda

Demandante	Preço de demanda
1. João	9,00
2. Pedro	8,00
3. Maria	7,00
4. Carla	6,50
5. Antônio	5,50
6. Dora	3,00
7. Gustavo	1,00
8. José	0,00
9. Patrícia	0,00
10. Amélia	0,00

TABELA 2: Preços de Oferta

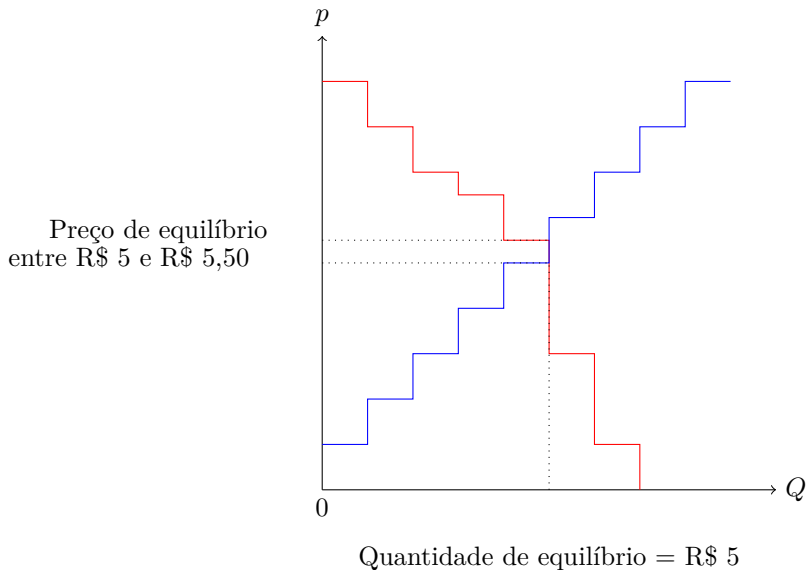
Ofertante	Preço de oferta
1. Catarina	1,00
2. Augusto	2,00
3. Roberto	3,00
4. Aline	4,00
5. Paula	5,00
6. Marcelo	6,00
7. Tiago	7,00
8. Luíza	8,00
9. Agnes	9,00
10. César	10,00

TABELA 3: Preços de Demanda e de Oferta por Unidade

Quantidade	Preço de demanda	Preço de oferta
1	9,00	1,00
2	8,00	2,00
3	7,00	3,00
4	6,50	4,00
5	5,50	5,00
6	3,00	6,00
7	1,00	7,00
8	0,00	8,00
9	0,00	9,00
10	0,00	10,00

- Como resolver isso?
- Como descobrir o preço de equilíbrio e a quantidade de equilíbrio?
- O processo de interação leva ao preço de equilíbrio. Note a ideia de convergência.

FIGURA 2: Curvas de Oferta e de Demanda do Mercado de Frangos



- Com esta alocação final de equilíbrio, nenhuma outra revisão seria mutuamente aceitável. Esta é uma situação de compensação de mercado (*market-clearing*).
- A interação entre a demanda e a oferta é importante não simplesmente porque estabelece um preço, mas porque, no processo, revela valores subjetivos relativos; estabelece um preço que permite que as pessoas troquem para que cada uma delas consiga uma combinação preferencial de bens.
- Ninguém precisa conhecer a estrutura de demanda dos demais potenciais demandantes. Ninguém precisa conhecer a própria estrutura de demanda. Tudo o que é requerido é que diante de uma oportunidade de comprar ou vender, o indivíduo pode tomar uma decisão.

QUAL O PROPÓSITO DOS CONCEITOS DE DEMANDA E DE OFERTA?

- 1 Explicar como os mercados reduzem os custos dos agentes para ajustarem seu consumo diante de mudanças nos gostos.
- 2 Mostrar como a competição interpessoal pelos bens existentes é resolvida no mercado.
- 3 Explicar como a negociação ou ajuste de preços facilita a realocação de bens.
- 4 Ver como o mercado economiza os custos do agente para coletar informações.
- 5 Comparar o sistema de negociação em uma situação de liberdade com uma situação em que haja restrições.

TEOREMAS DO BEM-ESTAR

- O estudo dos mercados em economia está intrinsecamente ligado a problemas de divisão justa.
- Como um conjunto de mercadorias pode ser razoavelmente dividido entre várias partes?
- Os problemas de divisão justa são de grande significado prático e os mercados são um mecanismo do mundo real pelo qual bens e serviços podem ser alocados entre várias partes.
- Existem muitos tipos de problemas de divisão justa, que dependem de diversos fatores, incluindo a natureza das preferências dos participantes, os tipos de bens divididos e os critérios de justiça desejados.

- Existem muitos critérios pelos quais a conveniência de uma divisão pode ser avaliada.
- O sucesso do mercado pode ser medido pela conveniência da alocação produzida.
- A eficiência do mercado é considerada propriedade da otimização de Pareto: sob uma divisão ideal de Pareto, é impossível melhorar uma parte individual sem piorar a outra.
- Entendido em outras palavras, em divisões que não são ótimas para Pareto, é possível realocar de forma que todas as partes estejam em melhor situação.

DEFINIÇÃO

Primeiro Teorema do Bem-Estar

Seja $(\{\hat{\mathbf{x}}^n\}_{n=1}^N, \{\hat{\mathbf{y}}^h\}_{h=1}^H, \hat{\mathbf{p}})$ um equilíbrio competitivo com nenhum consumidor localmente saciado, então $(\{\hat{\mathbf{x}}^n\}_{n=1}^N, \{\hat{\mathbf{y}}^h\}_{h=1}^H)$ é um ótimo de Pareto.

DEFINIÇÃO

Segundo Teorema do Bem-Estar

Suponha que $(\{\hat{\mathbf{x}}^n\}_{n=1}^N, \{\hat{\mathbf{y}}^h\}_{h=1}^H)$ é um ótimo de Pareto tal que pelo menos um domicílio não esteja saciado. Então, com:

- 1 *preferências convexas*
- 2 *conjuntos de produção convexos*
- 3 *alocação $\hat{\mathbf{x}} \in \mathbb{X}^h, \forall h$*
- 4 *continuidade das preferências*

existe $\hat{\mathbf{p}}$, tal que $(\{\hat{\mathbf{x}}^n\}_{n=1}^N, \{\hat{\mathbf{y}}^h\}_{h=1}^H, \hat{\mathbf{p}})$ é um equilíbrio competitivo. Em palavras, se as preferências individuais e os conjuntos de possibilidade de produção das firmas são convexos, existe um conjunto completo de mercados com preços publicamente conhecidos e todos os agentes são tomadores de preços, então toda alocação Pareto eficiente pode ser alcançada como o equilíbrio competitivo para uma distribuição adequada das dotações iniciais.

- TBE 1: em poucas palavras, com mercados completos todo equilíbrio competitivo é necessariamente Pareto eficiente.
- TBE 2: qualquer alocação eficiente pode ser atingida com uma simples redistribuição das dotações iniciais seguida do mecanismo de mercado.
- Qual o motivo para conhecermos os teoremas do bem-estar? Se valessem as condições do primeiro e segundo teoremas de bem-estar na prática todo o problema do setor público teria solução teórica trivial.

- Há inúmeras situações nas quais o mercado real não se caracteriza pelas premissas elencadas no modelo de Arrow-Debreu: competição imperfeita, informação imperfeita, mercados incompletos, externalidades, bens públicos, entre outros.
- No raciocínio que embasa a economia do setor público tradicional, é justamente a presença dessas falhas de mercado e, conseqüentemente, de uma alocação sub-ótima de recursos na economia, que oferece o suporte teórico para a intervenção alocativa do Estado.
- Essa intervenção teria, portanto, como objetivo principal “corrigir” ou, ao menos, mitigar tais falhas, promovendo melhoras de Pareto por meio da alteração da alocação de recursos na economia.

JUSTIFICATIVAS PARA AS INTERVENÇÕES DO ESTADO

- Cumprimento de contratos e direitos de propriedade
- Externalidades requerem intervenções do governo: por exemplo, impostos/subsídios pigouvianos, provisão de bem público
- Informação imperfeita ou assimétrica: por exemplo, seleção adversa pode exigir seguro obrigatório
- Concorrência imperfeita requer regulamentação
- Agentes não são racionais: por exemplo, agentes hiperbólicos podem não economizar o suficiente
- Impostos *lump-sum* não estão disponíveis

- No que se segue, vamos considerar os efeitos da não-observação das condições dos teoremas do bem-estar.
- Com relação ao primeiro teorema vamos analisar o que acontece quando há
 - ① Bens públicos
 - ② Externalidades
- Com relação ao segundo vamos admitir a impossibilidade de tributação *lump-sum*. Neste caso, o governo somente pode redirecionar recursos por meio de tributos. Assim, vamos estudar
 - ① Como ocorre a incidência de impostos
 - ② Os custos sociais da utilização de tributos
 - ③ Como os bens são afetados pela tributação
 - ④ Tributação do trabalho
 - ⑤ Tributação do capital

LIMITAÇÕES DA ATUAÇÃO DO GOVERNO

- Problema: políticas ótimas para lidar com falhas de mercado nem sempre são implementáveis
 - Problemas de escolha coletiva: os governos enfrentam o difícil problema de agregar as preferências de milhões de cidadãos em um conjunto coerente de decisões políticas
 - Problemas de comprometimento: algumas políticas podem não ser percebidas como credíveis pelos agentes econômicos (e.g. política governamental anunciada de nunca negociar com terroristas a libertação de reféns)
 - Devido a restrições de informação, as políticas *first-best* podem ser difíceis ou impossíveis de implementar, e os governos geralmente precisam contar com instrumentos que distorcem os incentivos (respostas comportamentais no setor privado): políticas *second-best*

IMPOSTO DA JANELA

- O imposto da janela foi introduzido na Inglaterra em 1696 pelo rei William III.



Fonte: <https://www.totallytimelines.com/king-william-iii-1650-1702/>

- Revolução Gloriosa
- Guerra com a França
- Cunhagem de novas moedas
- Temporário ... só 155 anos
- Fontes históricas:
 - <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transforming-society/towncountry/towns/tyne-and-wear-case-study/about-the-group/housing/window-tax/>
 - https://historyhouse.co.uk/articles/window_tax.html
 - <https://www.adamsmith.org/blog/the-window-tax>
- Livro: “The Absurdity and Injustice of the Window Tax” (Humbertone).

FIGURA 3: Comprovante de Pagamento

105 Gordon St
court The 25 — Day of *March* 1755 }
 Received then of *Mr John Hotherington* } £. s. d.
 the Sum of *five Shillings* } 0-5-0
 being *tho* Years Assessment due ~~to~~
this day 1755 charged upon his Dwelling-House, by
 Virtue of several Acts of Parliament, for laying a Duty on
 Houses, Windows or Lights.
 By { *John Fleming* } Collector

Fonte: <https://www.nationalarchives.gov.uk/education/resources/georgian-britain-age-modernity/window-tax/>

Transcrição

No 1 Gordon Court

The 25th – Day of March 1755

Received then of Mr John Hetherington the sum of five shillings being the year's assessment due this day 1755 charged upon his Dwelling-House by Virtue of several Acts of Parliament for laying a Duty on Houses, windows or lights. £0 5s 0d.

By John Fleming Collector

Nº 1 Gordon Court

25 – Dia de março de 1755

Recebeu então do Sr. John Hetherington a soma de cinco xelins sendo a avaliação do ano devida neste dia 1755 cobrada de sua Casa de Habitação por virtude de vários atos do Parlamento por impor um dever sobre casas, janelas ou luzes. £0 5s 0d.

Por John Fleming Collector

FIGURA 4: “Hollo! Old Fellow: we’re glad to see you here”



Fonte: Punch Volume XVIII Page 165, Wellcome Library, London CC by 4.0

BREVE HISTÓRICO

- O imposto da janela teve um antecessor: o imposto da lareira.
- Imposto em 1662 por Carlos II após a Restauração, o imposto da lareira consistia em uma taxa de 2 *shillings* por cada lareira e fogão em casas na Inglaterra e no País de Gales.
- O imposto foi muito impopular: os “homens da chaminé” tinham que entrar na casa para contar o número de lareiras e fogões, e havia um grande ressentimento contra essa invasão da santidade da casa.
- A taxa de janelas, ao contrário, não exigia acesso ao interior da habitação: os “espiadores de janelas” podiam contar janelas de fora, simplificando o procedimento de avaliação e evitando a necessidade de invasão do interior.

FIGURA 5: Mansão Tudor



Fonte: https://historyhouse.co.uk/articles/window_tax.html

FUNCIONAMENTO

- Locatário pagava o imposto
- Exceção: grandes prédios residenciais
 - Consequência \implies proprietários bloquearam janelas e construíram cortiços sem luz e ventilação adequados
- Até 1747: 2 *shillings*
- Reforma
 - 6 *pence* em cada janela de uma casa com 10 a 14 janelas
 - 9 *pence* por janela em casas com 15 a 19 janelas
 - 1 *shilling* por cada janela em casas com mais de 20 janelas
- Consequência \implies muito mais casas com 9 em vez de 10 janelas

- # janelas é uma medida incorreta da capacidade de pagamento
- “*Uma casa de dez libras de aluguel no país pode ter mais janelas do que uma casa de quinhentas libras de aluguel em Londres; e, embora seja provável que o habitante do primeiro seja um homem muito mais pobre do que o último, ainda que sua contribuição seja regulada pelo imposto da janela, ele deve contribuir mais para o apoio do Estado*” (Smith, 1937, p. 798).
- Os proprietários frequentemente tentavam disfarçar os alojamentos regulares armazenando alguns sacos de grãos em um quarto.
- Suborno e corrupção entre assessores fiscais era comum.

DISTORÇÕES

- Um erro mais fundamental é a ideia de que a arquitetura não responde aos incentivos fiscais.
- Quando William Pitt triplicou o imposto em 1797, milhares de janelas foram fechadas com tijolos ou tábuas quase da noite para o dia.
- Mais tarde, o presidente da sociedade de carpinteiros de Londres disse ao Parlamento que quase todos os proprietários da Compton Street o abordaram para reduzir o número de janelas.
- Um novo prédio de apartamentos em Edimburgo foi projetado com um segundo andar inteiro cheio de quartos sem janelas.

EFEITOS ADVERSOS À SAÚDE

- Caráter regressivo: excesso de sobrecarga sobre os pobres.
- Contudo, os efeitos distorcidos na alocação de recursos foram talvez ainda mais difundidos e profundos.
- O efeito adverso mais sério do imposto foi sobre a saúde humana.
 - Uma série de estudos de médicos e sanitários descobriu que as condições insalubres resultantes da falta de ventilação adequada e ar fresco incentivavam a propagação de inúmeras doenças como disenteria, gangrena e tifo.

- Em um exemplo, em 1781, uma epidemia de tifo matou muitos cidadãos em Carlisle. O Dr. John Heysham traçou as origens do surto em uma casa habitada por seis famílias pobres, e descreveu a habitação desta maneira:

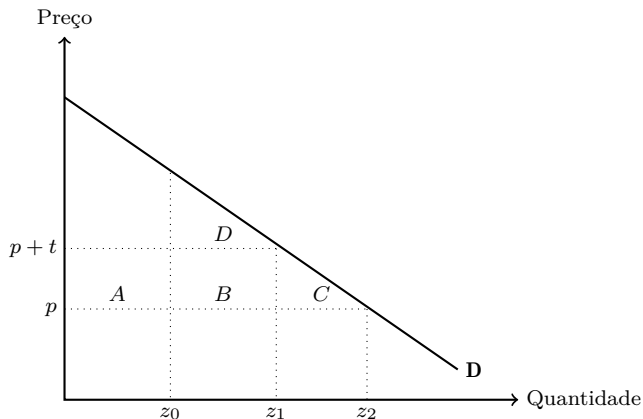
Para reduzir o imposto sobre as janelas, todas as janelas [...] e todas as fontes de ventilação foram removidas. O cheiro nesta casa era avassalador e ofensivo em uma extensão insuportável. Não há evidências de que a febre tenha sido importada para esta casa, mas foi propagada para outras partes da cidade, e 52 dos habitantes foram mortos.

- Em 1846, oficiais médicos pediram ao Parlamento a abolição do imposto da janela, declarando-o “mais prejudicial à saúde, bem-estar, propriedade e indústria dos pobres e da comunidade em geral”.
- Registro Histórico: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1850/apr/09/window-tax>

ABORDAGEM TEÓRICA

- Exemplo pedagógico.
- Um sistema tributário cria uma descontinuidade se uma pequena mudança de comportamento levar a uma mudança discreta nas taxas de imposto média e marginal.
- Uma pessoa que possuía uma casa com 9 ou menos janelas não pagava impostos. Mas seu vizinho, cuja casa tinha 10 janelas, pagaria um imposto de 6 pence por cada janela \implies a taxa marginal de imposto para a 10^a janela era de 60 pence
- Descontinuidades levam a grandes perdas de peso morto: ou seja, um esquema tributário com descontinuidades fornece fortes incentivos para que os contribuintes distorçam o comportamento e se localizem em torno de uma descontinuidade.

FIGURA 6: Demanda por Janelas e um Imposto sobre Janelas com uma Descontinuidade



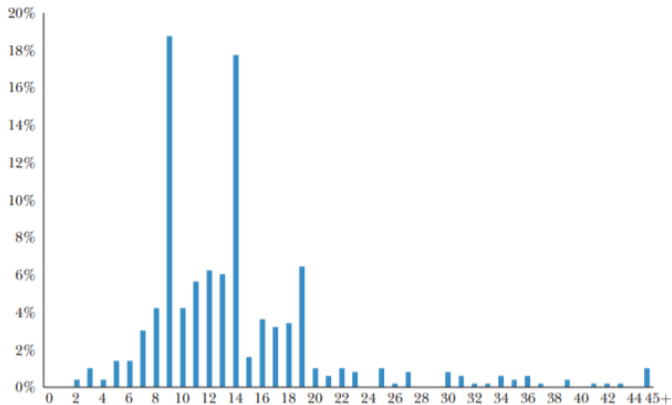
- Considere um imposto de janela simples que inclua apenas uma descontinuidade. Os consumidores não pagam impostos se possuem z_0 ou menos janelas, mas pagam um imposto de t reais por janela se possuir mais de z_0 janelas.
- Caso I: consumidores que teriam menos de z_0 janelas na ausência do imposto \implies não pagam impostos e não sofrem perda de peso morto
- Caso II: consumidores que possuíam mais de z_0 janelas antes do imposto e continuam com mais de z_0 janelas depois do imposto \implies pagam $A + B$ e sofrem uma perda de bem-estar de $A + B + C$ e, portanto, incorrem em uma perda de peso morto de C (Figura acima)
- Caso III: consumidores que teriam mais de z_0 janelas se não houvesse imposto, mas exatamente z_0 com o imposto \implies pagam imposto zero e sofrem uma perda de bem-estar de $D + B + C$

- Minimizar o imposto

- Caso II > Caso III $\implies A + B + C < D + B + C \iff A < D$
- Caso III > Caso II $\implies A + B + C > D + B + C \iff A > D$
- A decisão de pagar o imposto depende dos tamanhos relativos da área D e da área A .

COMO O IMPOSTO DISTORCE AS DECISÕES?

- Dados de registros fiscais locais na Grã-Bretanha dos séculos 18 e 19 que indica o número de janelas por família no período de 1747 a 1830.
 - Foco: 1747 a 1757. O imposto da janela permaneceu inalterado nesse período e incluiu três descontinuidades.
 - 496 residências.
 - A maioria das observações é de Ludlow, uma cidade comercial em Shropshire.

Distribution of Number of Windows, 1747–1757 Sample

- Se o imposto sobre as janelas distorce o comportamento, esperamos ver muitas casas com 9, 14 ou 19 janelas.
- Na verdade, é exatamente isso que encontramos. A Figura acima apresenta um histograma mostrando o número de janelas por residência.
- Há picos acentuados no número de janelas nas três discontinuidades.

SIMULAÇÃO

- Modelo de simulação para desenvolver uma estimativa aproximada da perda de peso morto do imposto da janela.
- O modelo oferece uma estimativa sensata da ordem de magnitude do custo de eficiência do imposto.
- $N = 1000$ consumidores na simulação.
- A elasticidade-preço da demanda é a mesma para todos os consumidores, mas a altura de suas curvas de demanda varia para refletir as diferenças de renda, gostos e outros determinantes da demanda.

- PASSO 1** : calcular a demanda por janelas na ausência do imposto
- PASSO 2** : calcular o excedente do consumidor se comprar $0, 1, 2, \dots, 60$ janelas \implies número de janelas que maximiza o excedente do consumidor
- PASSO 3** : reestimar o modelo sob uma política tributária semelhante ao imposto da janela
- PASSO 4** : computar o excedente do consumidor com e sem imposto

TABELA 4: Resultados da Simulação

	Simulação	Dados
% de casas com 9 janelas	21,9%	18,8%
% de casas com 14 janelas	13,3%	17,7%
# médio de janelas	14,1	14,1

RESULTADOS

- Qual é o tamanho da distorção do imposto da janela?
- A perda de peso morto correspondia a 62% dos impostos pagos por esses consumidores. Ou seja, para cada dólar cobrado, a versão simulada do imposto da janela impunha um encargo adicional de 62 centavos às famílias.
- O excesso de carga é particularmente grande para as famílias que escolheram 9 janelas. Esses consumidores pagaram zero no imposto da janela e, portanto, para eles, todo o ônus do imposto é um ônus excessivo.

CONCLUSÃO

- O imposto da janela é, portanto, um exemplo bastante impressionante de um imposto que levou a um comportamento radical de evitar impostos com altos níveis associados de excesso de carga.
- Se o imposto da janela era um imposto ruim que gerava efeitos adversos e críticas intensas, por que persistiu por um período tão longo?
- O uso continuado do imposto da janela foi, em parte, pelo menos, uma resposta a um cenário de extrema pressão orçamentária, na qual o governo percebeu pouco espaço para redução de quaisquer taxas tributárias.

OUTROS EXEMPLOS

- Brick Tax: construtores fizeram casas de madeira (os tijolos ficaram maiores até que a legislação foi introduzida para ditar o tamanho!)
- Glass Tax
 - Do ponto de vista higiênico, o enorme imposto sobre o vidro, [...], é um dos mais cruéis que um governo poderia infligir à nação ... grande medida causada pelo enorme custo do vidro, é universalmente admitido como uma das principais causas da insalubridade das cidades ... (The Lancet)

O QUE APRENDEMOS HOJE?

- Necessitamos entender o contexto.
- Necessitamos de uma abordagem (estrutura) teórica.
- Necessitamos de evidências empíricas para corroborar nossas previsões teóricas.
- **Quando os governos precisam aumentar uma receita significativa, mesmo um imposto muito ruim pode sobreviver por um período muito longo.**

PERIÓDICOS

- Revista Brasileira de Economia
- Economia Aplicada
- Estudos Econômicos
- Pesquisa e Planejamento Econômico
- Pesquisa e Políticas Públicas
- Revista Anpec
- Nova Economia
- Análise (UFRGS)
- Journal of Public Economics

LEITURAS EXTRAS SUGERIDAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. and Robinson, J. (2001) “The Colonial Origins of Comparative Development : An Empirical Investigation”, *American Economic Review*, 91(5), pp. 1369-1401.
- Angrist, J. and Krueger, A. (1999) “Empirical Strategies in Labor Economics” in *Handbook of Labor Economics*, edited by O. Ashenfelter and D. Card, 3, Part A: 1277–1366. Elsevier.
- Angrist, J. and Pischke, J.-S. (2010) “The Credibility Revolution in Empirical Economics: How Better Research Design Is Taking the Con out of Econometrics”, *Journal of Economic Perspectives* 24 (2): 3–30.
- Atkinson, A. B. (2001) “The Strange Disappearance of Welfare Economics”, *Kylos* 54: 193–206.
- Atkinson, A. B. (2009) “Economics as a Moral Science”, *Economica* 76: 791–804.
- Dowell, S. (1965), *A History of Taxation and Taxes in England. From the Earliest Times to the Present Day*, (6 volumes) Franck Cass & Co.
- Akerlof, G. (1970), “The Market for ‘Lemons’: Quality Uncertainty and the Market Mechanism”, *Quarterly Journal of Economics*, 84(3), pp. 488–500.
- Baumol, W.J. (1967), “Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis,” *American Economic Review* 57(3), 415-426.
- Bergson, A. (1938) “A reformulation of certain aspects of welfare economics”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 68.

- Brennan, G. and J.M. Buchanan (1980) *The Power to Tax: Analytical Foundations of a Fiscal Constitution*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Besley, T. (2013) “What’s the Good of the Market ? An Essay on Michael Sandel’s *What Money Can’t Buy*”, *Journal of Economic Literature* 51 (2): 478–95.
- Buchanan, J.M. and Tullock, G. (1962) *The Calculus of Consent*, University of Michigan Press, Ann Arbor, Michigan.
- Castles, F., Leibfried, S., Lewis, J., Obinger, H. and Pierson, C. (eds.) (2010) *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford University Press.
- Chetty, R. (2009) “Sufficient Statistics for Welfare Analysis: A Bridge Between Structural and Reduced-Form Methods”, *Annual Review of Economics* 1 (1): 451–88.
- DellaVigna, S. and Malmendier, U. (2006) “Paying Not to Go to the Gym”, *American Economic Review*, 96(3), pp. 694–719.
- Dreze, J. (1995) “Forty Years of Public Economics: A Personal Perspective”, *Journal of Economic Perspectives* 9 (2), pp. 111–30.
- Esping-Andersen, G. (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton University Press.
- Fossati, A. (2010) “The Idea of State in the Italian Tradition of Public Finance” *European Journal of the History of Economic Thought* 17 (4): 881–907.

- Gneezy, U. and Rustichini, A. (2000) “A Fine Is a Price” *The Journal of Legal Studies* 29 (1): 1–17.
- Greif, A. (1993) “Contract Enforceability and Economic Institutions in Early Trade: The Maghribi Traders’ Coalition”, *American Economic Review*, 83(3), pp. 525–548.
- Harsanyi, J. (1953) “Cardinal Utility in Welfare Economics and in the Theory of Risk-taking,” *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, vol. 61.
- Harsanyi, J. (1975) “Can the Maximin Principle Serve as a Basis for Morality ? A Critique of John Rawls’s Theory”, *American Political Science Review*, 69(2), pp. 594–606.
- Kaplow, L. and Shavell, S. (2001), “Any Non-welfarist Method of Policy Assessment Violates the Pareto Principle”, *Journal of Political Economy*, 2001, Vol. 109, No. 2.
- Kahneman, D. and Tversky, A. (1979) “Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk”, *Econometrica*, 47(2), pp. 263–292.
- Kleven, H. (2014) “How Can Scandinavians Tax So Much ?”, *Journal of Economic Perspectives* 28 (4): p. 77–98.
- Kleven, H., Kreiner, C. and Saez, E. (2016) “Why Can Modern Governments Tax So Much ? An Agency Model of Firms as Fiscal Intermediaries”, *Economica* 83 (330): 219–46.
- Kolm, S.-C. (2010) “History of Public Economics: The Historical French School”, *The European Journal of the History of Economic Thought* 17 (4): 687–718.
- Lacetera, N., Pope, D. and Sydnor, J. (2012) “Heuristic Thinking and Limited Attention in the Car Market”, *American Economic Review*, 102(5), pp. 2206–36.

- Laibson, D. (1997) “Golden Eggs and Hyperbolic Discounting”, *Quarterly Journal of Economics*, 112(2), pp. 443–447. Lindert, P. (2004) *Growing Public: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century*, Cambridge University Press.
- Madrian, B. and Shea, D. (2001), “The Power of Suggestion: Inertia in 401(k) Participation and Savings Behavior”, *Quarterly Journal of Economics*, 116(4), pp. 1149–1187.
- Martin, I., Merhotra, A. and Pasad, M. (2009) *The New Fiscal Sociology: Taxation in Comparative and Historical Perspective*, Cambridge University Press.
- Musgrave, R. (1959) *The Theory of Public Finance*, McGraw Hill.
- Musgrave, R. (1966) *Fiscal Systems*, Yale University Press: New Haven.
- Musgrave, R. (1985) “A Brief History of Fiscal Doctrine”. *Handbook of Public Economics* 1: 1-59.
- Nozick, R. (1974), *Anarchy, State and Utopia*, Basil Blackwell, Oxford.
- Peacock, Alan and Jack Wiseman (1961), *The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom*, NBER: New York.
- Rawls, J. (1971), *A Theory of Justice*, Harvard University Press.
- Rosenzweig, M. and Wolpin, K. (2000) “Natural “Natural Experiments” in Economics”, *Journal of Economic Literature* 38 (4): 827-74.

- Saez, E. and Stantcheva, S. (2016) “Generalized Social Marginal Welfare Weights for Optimal Tax Theory”, *American Economic Review* 106 (1): 24–45.
- Sandel, M. (2010) *Justice: What’s the Right Thing to Do?*, Farrar, Straus and Giroux.
- Sandel, M. (2012) *What Money Can’t buy: The Moral Limits of Markets*, Farrar, Straus and Giroux.
- Sandel, M. (2013) “Market Reasoning as Moral Reasoning: Why Economists Should Re-Engage with Political Philosophy”, *Journal of Economic Perspectives* 27 (4): 121–40.
- Sen, A. (1987) *Commodities and capabilities*, Oxford University Press.
- Sen, A. (1999) *Development as Freedom*, Anchor.
- Sen, A. (2006) “Development as Freedom: an Indian Perspective”, *Indian Journal of Industrial Relations*, 42(2), pp. 157–169.
- Smith, A. (1776), “On Taxes”, V, ii, b in *Wealth of Nations*.
- Thaler, R. and Sunstein, C. (2003) “Libertarian Paternalism”, *The American Economic Review* 93 (2): 175–179.
- Tobin, J. (1970) “On Limiting the Domain of Inequality”, *The Journal of Law & Economics* 13 (2): 263–77.
- Vickrey, W. (1945), “Measuring Marginal Utility by Reaction to Risk”, *Econometrica*, Vol. 13.